

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.352 - RJ (2018/0301227-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : SUZANA BARCELLOS DA SILVA
ADVOGADOS : RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ - RJ096267
ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS - RJ132028
BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR - RJ137395

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NOVO JULGAMENTO.

1. Ação declaratória cumulada com compensação por danos morais.
2. A existência de omissão relevante à solução da controvérsia, não sanada pelo acórdão recorrido, caracteriza violação do art. 1.022 do CPC.
3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SUZANA BARCELLOS DA SILVA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 30/04/2018.

Processo concluso ao Gabinete em: 06/12/2018.

Ação: declaratória e reparação por danos morais ajuizada pela recorrente, em face do ITAÚ UNIBANCO S/A, na qual requer a declaração de inexigibilidade do débito, a exclusão de seu nome dos cadastros restritivos de crédito e a condenação da instituição financeira ao pagamento de danos morais.

Sentença: julgou improcedente os pedidos formulados pela recorrente, com sua condenação em 10% do valor da causa por litigância de má-fé.

Acórdão: negou provimento à apelação da recorrente, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. LAUDO PERICIAL. ASSINATURA VERDADEIRA.

O ponto nodal da presente demanda é saber se a parte autora/Apelante celebrou o contrato de empréstimo com a parte ré/Apelada. O laudo pericial às e-fls. 152 (fls.133/146), demonstrou que a assinatura constante no contrato sub judice, e-fls. 041 (fls. 41/49), é da parte autora/Apelante, desse modo, exclui-se a responsabilidade da parte ré/Apelada, nos termos do disposto nos incisos I e II, do § 3º, do artigo 14, do CDC.

Destaco a incidência do Código de Defesa do Consumidor na relação jurídica firmada entre as partes, fazendo prevalecer os princípios e as regras cogentes nele inseridas e que têm por escopo basilar favorecer o elo mais fraco nesse vínculo e, assim, reequilibrar as forças entre os envolvidos na disputa, em regra, desproporcional e injusta. No entanto, embora não se desconheça a natureza objetiva da responsabilidade dos fornecedores de produtos e serviços e da presunção de vulnerabilidade do consumidor, esta condição, por si só, não elide a obrigação deste último em demonstrar a conduta, o dano e nexo de causalidade, a fim de comprovar o fundamento da pretensão indenizatória. De forma correta, a sentença destacou que um dos pressupostos da responsabilidade civil objetiva é a prática de ato ilícito, sem o qual não há o dever de indenizar. Desprovisionamento do recurso (e-STJ fl. 222).

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fl. 256/259).

Recurso Especial: a recorrente, em suas razões recursais, alega negativa de vigência aos arts. 80, 81 e 1022, II, do CPC. Aduz negativa de prestação jurisdicional, em virtude da falta de manifestação do Tribunal de origem acerca do pedido de afastamento da pena de litigância de má-fé. Assevera que é indispensável a existência de três requisitos para a caracterização da litigância de má-fé, os quais não foram preenchidos na hipótese.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação do art. 1022, II, do CPC

As razões recursais que envolvem a suposta omissão do Tribunal de origem, residem na alegação de que este, apesar de instado a se manifestar por meio dos embargos declaratórios opostos pela recorrente, quedou-se

silente acerca da questão nele deduzida.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal, de fato, não se manifestou acerca do ponto suscitado pela recorrente na apelação e nos embargos declaratórios, relativo ao pedido de afastamento da pena litigância de má-fé a ela aplicada.

Desse modo, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os aclaratórios, a fim de que seja sanado o ponto omissos suscitado.

Prejudicada a análise da violação dos arts. 80 e 81 do CPC/15.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 255, §4º, III, “c”, do RISTJ, a fim de anular o acórdão recorrido e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos deduzidos nos embargos de declaração interpostos pela recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora